



Em depoimento na CPI da Covid, advogada dos ex-médicos da Prevent Senior aponta suposta conexão entre operadora de saúde e gabinete paralelo para que o brasileiro "pudesse sair às ruas sem medo" e se expor ao vírus. ANS multa empresa por omitir kit covid de pacientes

# Pacto para tentar desafiar lockdown

» RAPHAEL FELICE  
» TAINÁ ANDRADE

Em depoimento que durou mais de sete horas, a advogada Bruna Morato, representante de 12 ex-médicos da Prevent Senior, contradisse ontem, na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da covid-19, o diretor-executivo da operadora de saúde, Pedro Batista Júnior. Ela relatou detalhes sobre supostas irregularidades e exigências da empresa a funcionários no enfrentamento da covid-19 como a existência de um pacto entre a Prevent Senior e os representantes do chamado gabinete paralelo por meio do Ministério da Economia. O envolvimento da operadora de saúde reforça a teoria da comissão de que o governo federal tentou executar a estratégia de promover o kit covid para se chegar, assim, à "imunidade de rebanho". A Prevent Senior nega as acusações.

Segundo a advogada, o acordo entre a Prevent Senior e os representantes do grupo que aconselhava o presidente — o toxicologista Antony Wong; a imunologista Nise Yamaguchi e o virologista Paolo Zanotto — consistia em um plano para que os brasileiros pudessem sair às ruas sem medo. Ela relatou que as tratativas foram iniciadas no ano passado, quando o ex-ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, ainda atuava na pasta. À época, Pedro Batista Júnior, diretor da Prevent que depôs à CPI na semana passada, estava preocupado com as críticas que o ex-ministro fazia à empresa. De acordo com Bruna, o grupo passou, então, a negociar com o gabinete paralelo. O acordo envolvia tentativas para barrar investigações do Ministério da Saúde e de órgãos ligados à pasta com relação aos estudos do kit covid.

A colaboração da Prevent Senior com o governo dava-se, principalmente, explicou a advogada, na produção de informações que convergissem com a teoria defen-

didada pelo gabinete. "Ou seja, é possível que você utilize um determinado tratamento como proteção. A população, em geral, quando escuta a palavra 'prevenção', se encoraja a sair e, fazendo isso, se expõe ao vírus. Ainda que doentes, as pessoas teriam a esperança de que não iriam falecer daquilo", pontuou a advogada.

Especialistas que assessoravam o presidente falariam sobre o coronavírus com menos contundência, e a Prevent colaboraria com as informações amplamente divulgadas por eles sobre substâncias do kit, como hidroxiquina, azitromicina e ivermectina — todas sem eficácia contra a doença.

Bruna Morato relatou ainda adoção de uma estratégia de "alinhamento ideológico", que tinha o objetivo de atender à pasta de Paulo Guedes. "O que me explicaram foi o seguinte: existe um interesse do Ministério da Economia para que o país não pare. Se nós entrarmos nesse sistema de lock-down, nós teremos um abalo econômico muito grande", disse a advogada, antes de afirmar que em nenhum momento ouviu o nome do ministro nas tratativas.

Segundo Bruna Morato, após a Organização Mundial da Saúde (OMS) desaconselhar o uso do tratamento precoce, médicos da operadora passaram a ficar receosos em receber as drogas, mas não tinham autonomia para negar a orientação. A advogada disse que havia uma exigência da diretoria-executiva da Prevent Senior para que os medicamentos fossem prescritos. Os pacientes recebiam a medicação, inclusive, na hora de fechar o plano de saúde com a empresa.

"Os médicos eram, sim, orientados à prescrição do kit, que vinha em um pacote lacrado. Não existia autonomia nem em relação à retirada de itens nesse kit. Quando o médico queria tirar algum item, mesmo que riscasse (na re-

Edilson Rodrigues/Agência Senado



Bruna Morato disse que pacientes não sabiam fazer parte de "experimento". Após oitiva, ANS multou empresa

ceita), o paciente recebia ele completo. Ele (o paciente) tinha a informação de que precisava tomar aqueles medicamentos, e o médico tinha que riscar, porque a receita vinha pronta. Inclusive, vinha com um manual de instruções". Em resposta ao relator da CPI, Renan Calheiros (MDB-AL), a depoente afirmou que os pacientes — a maioria idosos — recebiam o tratamento sem a noção dos riscos e não sabiam que estavam sendo feitos de "cobaías". Segundo informações da CPI, o cliente da Prevent recebia o kit covid em casa após teleatendimento ou após fechar o plano de saúde da empresa.

## Reações

Integrantes da bancada do governo tentaram desqualificar o depoimento. O senador Marcos Rogério (DEM-RO) questionou se a depoente estava como advogada ou depoente e insistiu para

que ela revelasse o nome dos médicos que defendia. Após a profissional afirmar que é testemunha, mas que, como advogada, estava resguardada a não revelar o nome de seus clientes, Rogério tentou desclassificar o testemunho, que chamou de "testemunha por procuração".

O senador foi rebatido por colegas, que explicaram a existência de testemunhas "indiretas". Após o parlamentar insistir, Bruna declarou que Marcos Rogério estava tentando "desqualificar a denúncia". "Meu depoimento está pautado em fatos e documentos comprobatórios. O que estou dizendo tem fundamento e tem prova. Não fosse assim, eu não estaria aqui sentada", declarou.

O senador Eduardo Girão (Podemos-CE) afirmou ao **Correio** que, apesar de importante, o depoimento de Bruna tinha questões "trabalhistas". Ele ressaltou que a CPI deveria priorizar outros

depoentes. "Nós tínhamos outras prioridades, como o secretário de Saúde de São Paulo (Jean Gorinchteyn), que pode esclarecer tanto situações da Prevent Senior, indícios de subnotificação e de supernotificação (de casos). O que a gente vê é um depoimento eivado de uma querela trabalhista, de algo que tem uma animosidade pessoal da advogada com relação à empresa, e isso turva um pouco com relação ao caso."

Outro ponto abordado pelos governistas, como Marcos Rogério e Marcos do Val (Podemos-ES), foi o fato de que "apenas" 12 médicos em um universo de 5 mil contratados pela Prevent terem feito a denúncia. O presidente da CPI, Omar Aziz (PSD-AM), respondeu que também não houve relatos de nenhum dos 5 mil médicos da Prevent desmentindo os relatos feitos à imprensa e reforçados pelo depoimento de Bruna Morato.

## Omissão do CFM

O senador Humberto Costa (PT-PE) levantou a hipótese de levar o Conselho Federal de Medicina (CFM) aos holofotes. Ao analisar fatos do período em que Luiz Henrique Mandetta deixou o cargo no Ministério da Saúde, o parlamentar trouxe à tona falhas cometidas pelo órgão. Isso porque, segundo ele, o então ministro havia denunciado ao CFM o tipo de tratamento oferecido pela Prevent Senior aos seus pacientes e apontado a alta taxa de mortes que eles vinham obtendo em meio à pandemia. No entanto, nenhuma providência foi tomada por parte do CFM, alegou o senador.

Humberto acusou o conselho de agir em conluio com o governo federal, por meio do gabinete paralelo, para facilitar a execução de um "planejamento criminoso". "Era obrigação do Conselho Federal de Medicina investigar. Não venham botar a culpa nos médicos que foram obrigados a fazer o que não queriam. E sim em quem deveria fiscalizar e na própria empresa que autorizou esses protocolos. Isso é criminoso", apontou. Segundo Eliziane Gama (Cidadania-MA), Mandetta foi demitido 16 dias após denunciar o caso da Prevent. E que 48 horas após a demissão do ministro, o CFM mudou o protocolo em relação à autonomia médica. "Parece uma simbiose para fazer valer, em detrimento da vida das pessoas, o negacionismo do governo federal", afirmou.

Após o depoimento da advogada Bruna Morato, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) autuou, ontem à noite, a Prevent Senior por não avisar pacientes sobre o uso do kit covid. A operadora de plano de saúde, que tem 10 dias para apresentar defesa, foi punida com multa de R\$ 25 mil, valor que pode aumentar conforme o número de pessoas atingidas. (RF e TA)



## Nas entrelinhas

por Luiz Carlos Azedo  
luizazedo.df@dabr.com.br

## O jogo é jogado

A frase "treino é treino, jogo é jogo" é de autoria de Valdir Pereira da Silva, mais conhecido como Didi, bicampeão mundial de futebol (1958-1962). O craque não gostava de exercícios físicos e enrolava nos treinos, se prevalecendo de sua reconhecida habilidade com a bola, algo impensável hoje em dia, mesmo para Messi, Cristiano Ronaldo e Neymar. Didi foi um dos melhores e mais elegantes meio-campistas da história. Inventou a "folha seca", um chute de bico de pé, com a bola parada, que surpreendia os goleiros pela sua trajetória enfiada e a repentina descaída da bola ao se aproximar do gol.

A "folha seca" entrou para a história do futebol aos 27 minutos do segundo tempo do jogo da nossa seleção contra o Peru, classificando o Brasil nas elimina-

tórias sul-americanas para a Copa do Mundo da Suécia, em 1958. Resulta de dois efeitos aerodinâmicos: a "força ascensorial", a mesma provocada pela curvatura da asa do avião, ao fazer o vento se deslocar mais rapidamente pela superfície superior do que pela inferior, o que faz com que se sustente no ar enquanto há impulsão; e o "efeito Magnus", no qual a velocidade de giro da bola sobre o próprio eixo, por sua superfície áspera, provoca uma trajetória elíptica, como nos gols de escanteio. Essa combinação torna impossível prever e interceptar o percurso da bola.

O jogo eleitoral de 2022 começou com uma "folha seca", a derrubada do veto do presidente Jair Bolsonaro à formação de frentes partidárias nas eleições, mitigando o fim das coligações proporcionais.

Com isso, duas ou mais siglas com afinidade ideológica e programática poderão se unir para atuar de maneira uniforme em todo o país, sem que seja necessário fundir os diretórios. Entretanto, a união precisa durar quatro anos. A decisão pode facilitar a sobrevivência dos pequenos partidos, mas foi uma jogada das grandes legendas, como o PT e o PSD, interessados em formar amplas alianças nas eleições do próximo ano.

A minirreforma eleitoral foi promulgada ontem, pelo presidente do Congresso, senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG). "No final das contas, o entendimento do Senado Federal foi de que o sistema eleitoral deveria e deve ser aquele que estabelecemos em 2017: o sistema proporcional, sem coligações partidárias, com cláusula de desempenho que façam que os partidos possam funcionar e ter acesso ao fundo partidário, tempo de TV e rádio, desde que cumpram determinadas metas ao longo do tempo. Primeira eleição federal com essa regra é esta de 2022", disse Pacheco, grande beneficiado pela proposta.

## Frentes partidárias

Pacheco é assediado pelo presidente do PSD, Gilberto Kassab, para ser candidato a presidente da República. Para isso, teria de deixar o DEM, o que dividiria muito a política mineira, cuja unidade é pré-condição para que sua candidatura possa existir. Com a formação da federação, Pacheco não precisa sair da legenda para ser candidato do PSD, o que abriria caminho para o ex-ministro Henrique Mandetta. Além disso, o PSL já aprovou sua fusão com o DEM. Teria o apoio de Geraldo Alckmin, em São Paulo, e Eduardo Paes, no Rio de Janeiro, ambos no PSL, e de ACM Neto (DEM) na Bahia, ou seja, poderia armar um forte bloco de candidatos aos governos dos quatro maiores colégios eleitorais do país.

Outro que fatura a derrubada do veto é o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, candidato do PT, que pode restabelecer a velha frente de esquerda formada com o PSB e o PCdoB e ainda ampliá-la. Lula é o franco favorito da elei-

ção, tendo recebido ontem o apoio explícito do ex-ministro Delfim Neto, para quem o petista será vitorioso no primeiro turno. Mas aí vale a máxima do Didi, até agora tudo foi treino.

Embora tenha vetado a formação de frentes, o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) também fica numa posição confortável. É assediado pelos dois principais líderes do PP, o ministro da Casa Civil, senador Ciro Nogueira (PI), e o presidente da Câmara, deputado Arthur Lira (AL), mas agora pode garantir o apoio da legenda mesmo que venha a optar por um pequeno partido que possa controlar.

O texto também cria regras para incentivar candidaturas de mulheres e negros, sobre troca de partidos e para a realização de plebiscitos municipais. Além de regulamentar a distribuição dos fundos partidário e eleitoral, a nova lei facilita a troca de partido, em caso de concordância da sigla, e a incorporação de legendas, sem que os esqueletos nos armários sejam transferidos dos dirigentes das siglas extintas para as novas.